

PERFIL E TRAJETÓRIA DOS EGRESSOS DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIFESP (2010-2022)

*Maria Angélica Pedra Minhoto**
Universidade Federal de São Paulo
<https://orcid.org/0000-0002-8872-493X>

*Celia Maria Benedicto Giglio***
Universidade Federal de São Paulo
<https://orcid.org/0000-0002-6627-5459>

*Cristiane Regina Fairbanks de Sá****
Universidade Federal de São Paulo
<https://orcid.org/0000-0002-4585-9092>

RESUMO

Considerando a carência de estudos sistemáticos sobre o ingresso no mercado de trabalho e a continuidade dos estudos entre egressos de cursos de Pedagogia em universidades públicas, este artigo analisa o perfil e a trajetória dos egressos do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), com foco em sua inserção no mercado formal de trabalho e na pós-graduação da própria instituição. A partir de dados coletados entre 2010 e 2022, discutimos as características sociodemográficas dos egressos, suas taxas de inserção laboral, a remuneração média e o impacto das políticas de ações afirmativas. Os resultados mostram que a maioria dos egressos são mulheres, com destaque para a diversidade racial, e que há uma significativa taxa de inserção no mercado formal de trabalho, especialmente na Educação Básica. Além disso, observamos um crescente interesse em permanecer na pós-graduação da própria Unifesp, com destaque para os Programas na área de Educação.

Palavras-chave: Pedagogia. Universidade Federal de São Paulo. Ingresso no Mercado de Trabalho. Pós-Graduação. Ações Afirmativas.

ABSTRACT

PROFILE AND TRAJECTORY OF THE PEDAGOGY COURSE GRADUATES AT UNIFESP (2010-2022)

Considering the lack of systematic studies on entry into the job market and continuity of studies among graduates of Pedagogy courses at public

* Professora Associada do Departamento de Educação e Coordenadora de Pesquisa do Centro de Estudos Sociedade, Universidade e Ciência - SoU_Ciência (Unifesp). Guarulhos – São Paulo (SP) – Brasil. E-mail: mminhoto@unifesp.br

** Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação do Departamento de Educação (Unifesp). Guarulhos – São Paulo (SP) – Brasil. E-mail: celia.giglio@unifesp.br

*** Pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação do Departamento de Educação (Unifesp). Guarulhos – São Paulo (SP) – Brasil. E-mail: crisfairbanks@gmail.com

universities, this article analyzes the profile and trajectory of graduates of the Pedagogy Course at the Federal University of São Paulo (Unifesp), focusing on their insertion into the formal job market and at the postgraduate level at the institution itself. Based on data collected between 2010 and 2022, we discuss the sociodemographic characteristics of graduates, their job insertion rates, average remuneration, and the impact of affirmative action policies. The results show that the majority of graduates are women, with an emphasis on racial diversity, and that there is a significant insertion rate in the formal job market, especially in Basic Education. In addition, we observed a growing interest in remaining in the postgraduate program at Unifesp itself, with emphasis on programs in the area of Education.

Keywords: Pedagogy. Federal University of São Paulo. Entry into the Job Market. Postgraduate Studies. Affirmative Action.

RESUMEN

PERFIL Y TRAYECTORIA DE LOS EGRESADOS DEL CURSO DE PEDAGOGÍA DE LA UNIFESP (2010-2022)

Considerando la falta de estudios sistemáticos sobre la inserción laboral y la continuidad de los estudios entre los egresados de las carreras de Pedagogía en universidades públicas, este artículo analiza el perfil y la trayectoria de los egresados del Curso de Pedagogía de la Universidad Federal de São Paulo (Unifesp), centrándose en su inserción en el mercado de trabajo formal y en posgrado en la propia institución. A partir de datos recopilados entre 2010 y 2022, discutimos las características sociodemográficas de los graduados, sus tasas de inserción laboral, su remuneración media y el impacto de las políticas de acción afirmativa. Los resultados muestran que la mayoría de los egresados son mujeres, con énfasis en la diversidad racial, y que existe una importante tasa de inserción al mercado laboral formal, especialmente en la Educación Básica. Además, hemos observado un creciente interés en dar continuidad a los estudios de Posgrado de la propia Unifesp, con énfasis en Programas en el área de Educación.

Palabras clave: Pedagogía, Universidad Federal de São Paulo, Inserción Laboral, Estudios de Posgrado, Acciones Afirmativas.

Introdução¹

O tema da formação de professores no Brasil remonta ao século XIX e envolve questões políticas e econômicas que permanecem em pauta até o século XXI. As críticas à inaptidão dos mestres para ensinar, presentes no Império e na República, e pelo menos até a década de 1980 com a presença de professores leigos, parecem ter percorrido os séculos como uma questão que serviu, e talvez ainda sirva, para

justificar medidas políticas e econômicas que tomam a formação de professores como um problema permanente. O direito à educação consagrado na Constituição Federal de 1988 (CF-88) e o estabelecimento da “Década da Educação” nas disposições transitórias, desencadeou a urgência da formação de quadros em nível superior para o magistério da Educação Básica em escala nacional.

1 Texto revisado por Emilene Lubianco de Sá

Tal desafio gerou implicações sistêmicas demandando a ampliação da rede federal de Educação Superior entre 2003 e 2012, com a expansão e o aumento das Universidades Federais no Brasil, adotando por princípios: “a democratização do acesso; a inclusão social; a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; a qualidade dos processos formadores; o compromisso social; e a autonomia universitária” (Brasil, 2012b, p. 36). Além da expansão da rede de universidades, a Lei n. 11.892 (Brasil, 2008) institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, prevendo a oferta mínima de 20% de vagas em cursos de licenciatura, além de programas especiais de formação pedagógica para a educação básica².

A expansão respondeu ao previsto no Plano Nacional de Educação (Brasil, 2001). Em 2015, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996) foi alterada para agregar responsabilidades às finalidades da Educação Superior. No inciso VIII do Art. 43, determina que a Educação Superior deve “atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares” (Brasil, 2015), e, de modo inédito, conferindo responsabilidades à universidade com relação à formação de professores para a Educação Básica.

Dentre as diretrizes da expansão da Educação Superior pública federal, ressaltamos medidas voltadas à assistência estudantil, sua articulação com a Educação Básica e um programa de bolsas de iniciação científica, mestrado, doutorado e pós-doutorado. Considerando o foco deste estudo, identificamos aspectos das diretrizes da

política de expansão que mostram articulação e incremento das condições de formação de professores, tanto para a Educação Básica quanto para a Superior, alimentando o ciclo virtuoso necessário a uma formação de qualidade dos quadros docentes de ambos os níveis de ensino.

Minhoto, Bielschowsky e Aguiar (2024), em análise das características da expansão dos cursos de Pedagogia no Brasil a partir de dados do Censo da Educação Superior e do Exame Nacional do Desempenho do Estudante (Enade), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), atualizados até 2021, localizam duas tendências importantes que, em nível macro, detectam o crescimento da educação privada de nível superior caracterizada pelo domínio de poucos grupos financeirizados; em nível micro, os autores apontam a indução legal voltada à formação de professores em cursos de Pedagogia, consolidando-os “como lugar privilegiado da formação de professores para a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental em oposição a outros cursos como o Normal Superior” (Minhoto; Bielschowsky; Aguiar, 2024, p. 1).

Os autores concluem que esse processo de expansão dos cursos de Pedagogia no Brasil resultou no que foi chamado por eles de “deformação em larga escala”, denunciando a concentração das matrículas em instituições privadas “centradas quase que exclusivamente no ensino (com pouca articulação com pesquisa e extensão), em cursos a distância, com altas taxas de evasão e baixas notas no Enade na comparação com instituições públicas federais e estaduais” (Minhoto; Bielschowsky; Aguiar, 2024, p. 1). Tal *deformação* ganha expressão nas evidências obtidas sobre a mercantilização da Educação Superior, em especial dos cursos de formação de professores que englobam cursos de Pedagogia, Normal Superior e outros para complemento da formação de nível médio.

Abordar o comportamento da formação de professores no século XXI e a formação de pedagogos em particular, é de extrema impor-

2 Renz, Molon e Franco (2023), em estudo sobre o atendimento à meta de formação de professores nos Institutos Federais de Educação Superior (IFES) a partir do Censo da Educação Superior de 2017, constatam que apenas 9,5% das vagas foram destinadas para os cursos de formação de professores no período.

tância em razão do papel sistêmico que a formação inicial de professores para a educação básica e superior adquirem no cenário político e econômico que impacta especialmente a educação pública.

No ano de 2006, a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) teve autorizada a implantação do curso de Pedagogia, já concebido no enquadramento das novas diretrizes curriculares do Conselho Nacional de Educação (CNE), e que teve início no ano de 2007, juntamente com outros três cursos superiores: bacharelados e licenciaturas em História, Filosofia e Ciências Sociais, instalados em um novo *campus* da universidade, localizado em Guarulhos, no estado de São Paulo. Os egressos do curso de Pedagogia da Unifesp do período de 2010 a 2022 são objeto desta investigação.

O curso de Pedagogia da Unifesp desenvolveu e assumiu em 2006, no projeto pedagógico inaugural, estreito vínculo com as escolas públicas de educação básica no território de Guarulhos, e materializou tal compromisso em sua estrutura curricular, envolvendo práticas de aproximação de todos os estudantes com as escolas públicas municipais e estaduais desde o início de suas trajetórias no curso, organizadas na disciplina Práticas Pedagógicas presente nos quatro primeiros semestres, “concebidas como oportunidade de contato dos estudantes com diferentes proposições de desenvolvimento de pesquisa de campo, pesquisa documental, observação e intervenção para o conhecimento do campo educacional” (Giglio; Lugli, 2013, p. 65) e na Residência Pedagógica que organiza os estágios curriculares

[...] inspirada na experiência da tradição de formação médica, de onde retiramos o princípio da imersão, adaptando o modelo como parte da formação inicial dos pedagogos no processo de contato sistemático e temporário com práticas profissionais reais — no caso, com professores e gestores educacionais (formadores) que atuam nos contextos das escolas públicas (Giglio; Lugli, 2013, p. 65).

Consideramos que tal arranjo curricular na formação inicial dos pedagogos, somado

à formação acadêmica teórica durante a graduação, promove contato estreito e intenso com o campo de trabalho e com a vivência dos desafios profissionais da educação pública, articulando tanto as questões da atuação específica de professores e gestores quanto a complexidade de organização do trabalho nas escolas, invariavelmente impactado pelas políticas públicas de educação. Desse modo, o preparo profissional para inserção no trabalho após a graduação tem nessas experiências vivenciadas um ativo latente que pode ser mobilizado profissionalmente.

Estudar esse conjunto de egressos justificase em razão de a Unifesp ser uma instituição pública federal que passou pelas políticas de expansão (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais [Reuni]) e de democratização do acesso (Lei de Cotas), além de ser uma referência nacional na área da pesquisa e de produção de ciência e tecnologia e estar localizada no estado de São Paulo, local marcado por enormes desigualdades sociais e educacionais. Essas características institucionais permitem enquadrar de maneira relevante a avaliação da qualidade da formação oferecida e o impacto das políticas públicas em seu interior.

Destaca-se, ainda, que, apesar da relevância dos cursos de Pedagogia para a formação de professores, não há muitas investigações empíricas que abordam de forma sistemática a trajetória profissional e acadêmica de seus egressos em instituições públicas federais, particularmente no contexto pós-expansão das universidades e pós-implantação da Lei de Cotas. Este estudo busca justamente preencher essa lacuna, analisando os efeitos dessas políticas sobre as condições de empregabilidade, permanência e formação continuada dos egressos.

Assim, as questões que orientaram o presente trabalho³ podem ser descritas nos seguintes

3 A presente pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), em 19 de abril de 2022, gerando o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE), sob número

questionamentos: qual é o perfil sociodemográfico dos egressos do curso de Pedagogia da Unifesp do período de 2010 a 2022? Esse contingente se inseriu no mercado formal de trabalho? Em qual área de atuação? Deu continuidade aos estudos em nível de pós-graduação na própria Unifesp? Recebeu apoio de ações afirmativas no curso de graduação da Unifesp?

Para respondê-las, vamos realizar a análise de dados institucionais, com a interpretação dos resultados e atribuição de significado a partir de quadros teóricos pré-determinados, sendo: analisar a relação entre o perfil sociodemográfico, o acesso às ações afirmativas e o fluxo dos concluintes do curso de Pedagogia da Unifesp e sua inserção no mercado formal de trabalho, a remuneração média e a continuidade dos estudos na mesma instituição federal e indicar a contribuição da passagem pela Unifesp para a vida pessoal, acadêmica e profissional dos estudantes do curso de Pedagogia.

Esta pesquisa circunscreve-se, portanto, ao campo dos estudos que têm por escopo a avaliação de políticas públicas, uma vez que analisa as trajetórias de egressos de um curso de Pedagogia que teve início no âmbito do programa de expansão e reestruturação das universidades federais. Este artigo sucede um conjunto de produções científicas sobre a temática que o antecede e pretende contribuir para ampliar a compreensão sobre a importância da formação superior no curso de Pedagogia. Os principais achados dos estudos produzidos anteriormente, principalmente no que se refere à inserção no mercado de trabalho, à remuneração média e à continuidade dos estudos em nível de pós-graduação, estão compilados a seguir.

Revisão de literatura

Gonçalves *et al.* (2017) investigaram a trajetória profissional de ex-alunos do curso de

55019221.0.0000.550, e o parecer de aprovação, sob número 5.357.622.

Pedagogia da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), formados entre 2012 e 2015. A pesquisa analisou o perfil dos egressos, sua formação acadêmica e como ocorreu sua inserção no mercado de trabalho. Os principais resultados mostram que, no que se refere à inserção no mercado, há uma alta taxa de empregabilidade, visto que 75,7% estão empregados, e 72,9% atuam na área educacional, especialmente na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. A pesquisa mostra que 51,4% trabalham em instituições públicas e 22,9% em instituições privadas. Os autores destacam ainda que 41,4% começaram a trabalhar ainda durante a graduação e 67,2% ingressaram no mercado em até um ano após a formatura. A principal forma de obtenção de emprego foi via seleção curricular, seguida por processos seletivos públicos e indicações. Não há dados sobre remuneração média no artigo; entretanto, a maioria dos egressos está em cargos públicos e privados com contratos formais de trabalho, o que tende a indicar estabilidade, embora não necessariamente boa remuneração. Por fim, os autores apontam a importância da formação continuada como estratégia para diversificação da atuação profissional, para além do espaço escolar.

A dissertação de mestrado de Andrade (2020) teve como objetivo analisar o processo de inserção profissional e mobilidade social de um grupo de egressos do curso de Pedagogia no Brasil: os que eram da primeira geração a frequentarem um curso superior nas respectivas famílias, com idades até 36 anos e formados a partir de 2012. Sobre a inserção no mercado de trabalho, o autor mostra que 67,5% dos egressos têm contrato de trabalho por tempo indeterminado; 53,3% trabalham em jornada integral; 55% atuam no setor educacional e, entre eles, 70,8% exercem a função de professor; 37,3% levaram cerca de um ano para conseguir o primeiro emprego após a graduação e 34,6% não trocaram de emprego após a formação, permanecendo na primeira instituição onde ingressaram. A maioria trabalha em institui-

ções de pequeno porte (37,2%), entre as quais a maior parte é privada (56,3%).

Sobre a remuneração média, o estudo de Andrade (2020) chegou ao valor de R\$ 1.830,00, e renda média familiar de R\$ 4.474,85. Embora o diploma tenha ajudado na conquista de empregos que antes não seriam possíveis, o autor pontua que os salários ainda refletem uma realidade de baixa valorização da profissão docente. Por fim, em relação à continuidade dos estudos em nível de pós-graduação, a dissertação não apresenta dados diretos; entretanto, o perfil dos participantes pode sugerir um potencial interesse pela continuidade da vida acadêmica, ainda que não quantificado.

Pimenta, Mocarzel e Menegat (2021) realizaram um estudo de caso sobre o curso de Pedagogia de uma instituição de ensino superior confessional, localizada no estado do Rio de Janeiro, analisando a inserção profissional e a formação continuada de seus egressos. Sobre a inserção, a pesquisa mostra que 86% dos egressos (37 de 43) desenvolvem atividade remunerada, dentre os quais 86,5% estavam em funções diretamente relacionadas ao curso de Pedagogia, sobretudo como professores (62,5% na docência). Os desempregados eram 11,6%, muitos buscando recolocação, mas 2,4% não pretendiam retornar ao mercado. O artigo não fornece dados específicos de valores salariais, mas indica que a maioria dos egressos atua como professor ou em funções relacionadas, sugerindo salários compatíveis com a média da educação básica, ainda que os autores argumentem sobre a desvalorização típica da carreira docente e as precárias condições de trabalho. No que se refere à continuidade dos estudos em pós-graduação, 32,6% dos egressos da amostra já haviam concluído uma especialização *lato sensu* e 11,6% estavam cursando, totalizando 44,2% com envolvimento em pós *lato sensu*. Apenas 5% concluíram mestrado, e outros 5% estavam cursando (*stricto sensu*) e nenhum egresso cursava ou havia cursado o doutorado. A pesquisa relata algumas das dificuldades para ingresso em programas de

pós-graduação *stricto sensu*, como o tempo de preparação, a necessidade de dedicação exclusiva, o domínio de línguas estrangeiras e a escassez de bolsas.

Braga *et al.* (2022) analisaram as trajetórias profissionais de egressos de cursos de Pedagogia das modalidades presencial, semipresencial e a distância (EAD) de Belo Horizonte. No que diz respeito à inserção no mercado de trabalho, os autores registram uma alta taxa de empregabilidade, independentemente da modalidade de ensino cursado. No entanto, verificam que os egressos dos cursos presenciais tendem a uma inserção mais rápida no mercado após a formatura, enquanto os da EAD e do semipresencial apresentam maiores taxas de desemprego ou dificuldade de inserção. Em relação à remuneração média, não há dados diretos, mas os autores sugerem que a modalidade presencial está associada à maior aprovação em concursos públicos, que tendem a oferecer melhores salários e estabilidade. Os egressos da EAD estão mais concentrados no setor privado, o que pode indicar remuneração mais variável e, possivelmente, menor. Sobre a continuidade dos estudos em nível de pós-graduação, também não há dados diretos, mas os autores indicam que muitos egressos da EAD cursaram Pedagogia como segunda ou terceira graduação, o que pode sugerir uma intenção de requalificação profissional ou um possível passo para os estudos pós-graduados no futuro.

A dissertação de Zulcowski (2022) tem como objetivo identificar os espaços profissionais ocupados pelos egressos do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), *campus* de Francisco Beltrão, formados entre 2011 e 2019. Em relação à inserção no mercado de trabalho, das 275 pessoas participantes, 77,5% estão empregadas na área da Educação, contratadas, em geral, por meio de concursos públicos municipais e processos seletivos simplificados. A Educação Infantil é o espaço com maior concentração de atuação, com 86 profissionais. As pessoas que estão fora da área educacional (22,5%)

apontam como causas principais a falta de concursos públicos, as condições precárias de trabalho e a baixa valorização e falta de reconhecimento profissional da carreira docente. No que toca à remuneração, a autora identifica variação, conforme o estado de atuação, sendo no Paraná entre R\$ 2.001,00 e R\$ 3.000,00, em Santa Catarina entre R\$ 2.501,00 e R\$ 3.500,00 e no Rio Grande do Sul abaixo de R\$ 2.500,00. A autora considera que há remuneração insatisfatória para grande parte desses docentes, especialmente quando comparada à carga horária e às exigências da profissão. Por fim, embora não seja o foco principal da dissertação, a autora menciona experiências individuais de continuidade nos estudos e, sobretudo, o interesse em continuar os estudos, mas com empecilhos financeiros e de conciliação com o trabalho, o que dificulta o acesso, especialmente à pós-graduação *stricto sensu*.

Corrêa (2022) teve como objetivo mapear e analisar a trajetória formativa e profissional dos egressos do curso de Pedagogia do Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muiyler (Isepam), uma instituição estadual sediada em Campos dos Goytacazes, no Rio de Janeiro. A pesquisa, feita em 2018, levantou informações através de um questionário respondido por 225 egressos (81% do total). Sobre a inserção profissional, 75% dos egressos que responderam a pesquisa estão atuando na área da Educação, principalmente na docência, seja na Educação Infantil (75) e/ou nos anos iniciais do Ensino Fundamental (71). Há também os que atuam em postos de direção escolar, como pedagogos e com atendimento escolar especializado (AEE), além de outras funções de apoio escolar. Dos atuantes, 49% são concursados na área educacional, e entre os que não atuam, 9% estão desempregados — por falta de oportunidade, de exigência de experiência ou desmotivação. A maioria dos egressos pretende permanecer na área educacional: 83% querem continuar trabalhando como professores ou em funções escolares. O artigo não apresenta valores explícitos de

remuneração média, mas há indícios de que muitos egressos atuam em mais de uma função ou contrato na rede pública e privada, o que é compatível com a realidade de salários relativamente baixos. Mais de a metade dos egressos já cursou ou está cursando uma especialização *lato sensu*. Apenas dois egressos cursam mestrado e nenhum relatou ter ingressado no doutorado. A falta de recursos financeiros é o principal motivo para não cursar pós-graduação (30 menções), juntamente com a falta de tempo (27), a ausência de oferta pública na cidade, questões familiares e desmotivação. A pós-graduação a distância em instituições privadas foi a alternativa mais viável para muitos, e o mestrado entendido como algo distante ou difícil, com relatos de insegurança e percepção de alto custo emocional e intelectual.

Por fim, Moraes (2022) teve como objetivo conhecer as dinâmicas que perpassam as atuais condições de trabalho e a vida laboral dos egressos de 2011 a 2021 do curso de Pedagogia da Unifesp, considerando o contexto pós-reforma trabalhista, aprovada pela Lei n. 13.467/2017. Em relação à inserção no mercado de trabalho, a autora informa que, dos 40 egressos entrevistados, 30 (75%) começaram uma nova atividade profissional após a graduação. Dos 40 egressos 30 (75%) atuam na área da educação — 18 egressos em instituições públicas e 12 em instituições privadas. Nenhum egresso declarou vínculo com contratação precária ou temporária, a maioria trabalha com contrato CLT ou é estatutário. Apenas um egresso está fora da área por escolha e quatro estão desempregados ou em atividades informais. A jornada mais comum é de 40 horas semanais (22 egressos), com alguns atuando em até dois empregos simultâneos. Em relação à remuneração, a maior parte recebe até R\$ 5.000,00 mensais, aqueles que têm renda superior a R\$ 5.000,00 são os que acumulam dois cargos. A autora confirma, com isso, a tendência apontada em outros estudos latino-americanos de que muitos professores precisam atuar em mais de uma instituição

para manter um padrão de vida mínimo. Sobre a continuidade dos estudos em nível de pós-graduação, 100% dos egressos afirmam pretender continuar os estudos, especialmente em programas de formação continuada ou pós-graduação, pois isso é visto como essencial

frente às mudanças nas políticas educacionais e às exigências crescentes no ensino. Ainda que haja consciência sobre os desafios de tempo e de recursos financeiros, os egressos revelam um forte compromisso com a qualificação contínua.

Quadro 1 - Resumo dos principais achados das pesquisas mencionadas

ESTUDO	INSERÇÃO PROFISSIONAL	REMUNERAÇÃO	FORMAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO
Gonçalves et al. (2017)	75,7% empregados; 72,9% na área educacional; maioria pública; inserção até 1 ano (67,2%)	Sem dados; maioria com contratos formais; indica estabilidade	Importância destacada; sem dados quantitativos
Andrade (2020)	67,5% com contrato fixo; 55% no setor educacional; maioria em privadas; 37,3% inserção até 1 ano	R\$ 1.830,00 média individual; R\$ 4.474,85 familiar	Sem dados diretos; perfil sugere potencial de interesse
Pimenta, Mocarzel & Menegat (2021)	86% empregados; 86,5% na área; 62,5% na docência	Sem valores; compatível com educação básica; menciona desvalorização	44,2% lato sensu; 10% stricto sensu; dificuldades mencionadas
Braga et al. (2022)	Alta empregabilidade; presencial com inserção mais rápida; EAD com mais dificuldade	Sem valores; concursos (presencial) = melhores salários; EAD = privado e variável	Sem dados diretos; EAD pode indicar requalificação ou passo à pós
Zulcowski (2022)	77,5% na educação; maioria por concurso/PSS; 22,5% fora por falta de oportunidade	PR: R\$ 2.001–3.000; SC: R\$ 2.501–3.500; RS: < R\$ 2.500	Interesse individual; dificuldades financeiras e de tempo impedem stricto sensu
Corrêa (2022)	75% na educação; maioria na Educação Infantil/Fundamental; 49% concursados	Sem valores; múltiplos contratos indicam baixa remuneração	Mais da metade lato sensu; 2 no stricto; nenhum no doutorado; barreiras significativas
Moraes (2022)	75% começaram nova atividade; todos com vínculos formais; 75% na área educacional	Maioria até R\$ 5.000; valores acima considerados exceção	100% pretendem continuar estudando; com aspirações para qualificação acadêmica

Fonte: elaborado pelas autoras com base na revisão bibliográfica.

Os estudos indicam alta taxa de empregabilidade entre os egressos, variando de 75% a 86%, sendo que a maioria atua na área educacional, especialmente como professores na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, e muitos ingressam no mercado ainda durante a graduação ou até um ano após a formatura. As instituições públicas são o destino comum, embora o setor privado também seja relevante, principalmente para egressos de cursos EAD. A modalidade presencial tende a favorecer inserção mais rápida e acesso a concursos públicos.

Em relação à remuneração, os estudos apontam que é geralmente baixa ou insatisfatória, especialmente considerando as exigências da carreira docente. Os salários variam por região e, em vários casos, os egressos precisam acumular cargos para alcançar melhores rendas. A estabilidade contratual é comum, ainda que não garanta altos salários.

Por fim, nota-se um forte interesse dos egressos pela formação continuada e pós-graduação, mas a especialização *lato sensu* parece ser a opção mais acessível e comum. O acesso à pós-graduação *stricto sensu* ainda é limitado, com poucos ingressantes e muitos obstáculos: falta de tempo, recursos financeiros, exigência de dedicação e domínio de línguas. A pós-graduação é vista como uma estratégia de valorização e diversificação profissional, mas ainda enfrenta barreiras estruturais importantes.

Além desta introdução, o presente artigo divide-se em mais três seções: a exposição dos procedimentos de método que guiaram o estudo, a apresentação e a análise dos resultados obtidos e as considerações finais.

Método

Os dados utilizados no presente artigo foram coletados em duas fontes distintas: o Sistema Integrado de Informações Universitárias (Siiu) da Unifesp e os microdados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), do Ministério

do Trabalho e Emprego (MTE)⁴. Nos próximos dois subtópicos estão descritas as variáveis de interesse utilizadas neste estudo e os procedimentos realizados.

Dados dos egressos do curso de Pedagogia da Unifesp

Com o objetivo de analisar o perfil sociodemográfico, o acesso às ações afirmativas e a continuidade dos estudos dos egressos do curso de Pedagogia da Unifesp em seus Programas de Pós-Graduação (PPG), foram solicitados à Instituição os registros acadêmicos listados a seguir, organizados em duas bases distintas:

Base 1 – Egressos do curso de graduação em Pedagogia, entre os anos de 2010 a 2022, com as seguintes variáveis de interesse: a) identificador único anonimizado; b) ano de nascimento do egresso; c) sexo; d) estado civil; e) cor/raça; f) deficiência; g) renda familiar no momento do ingresso; h) início do curso; i) término do curso; j) histórico de situações acadêmicas; k) histórico de bolsas e auxílios; l) tipo de vaga ocupada (reservada ou não).

Base 2 – Ingressantes nos cursos de mestrado e doutorado *stricto sensu* da Unifesp, entre os anos de 2010 a 2022, com as seguintes variáveis de interesse: a) identificador único anonimizado; b) sexo; c) estado civil; d) cor/raça; e) deficiência; f) Programa de Pós-Graduação (PPG); g) curso (mestrado, mestrado profissional ou doutorado); h) início do curso; i) término do curso; j) histórico de situações

4 No âmbito do projeto “Políticas para Educação Superior, Ciência e Tecnologia e seus financiamentos: análise de dados secundários para a avaliação do impacto do ensino superior na inserção de egressas e egressos”, coordenado pelo Centro de Estudos SoU_Ciência e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Unifesp sob o número CAAE 55019221.0.0000.5505, foram solicitados ao Escritório de Dados Estratégicos Institucionais (E_DADOS) da Unifesp os dados dos egressos de seu curso de Pedagogia (2010-2022), os dados de ingressantes nos cursos de mestrado e doutorado *stricto sensu* da instituição (2010-2024) e aos microdados da Rais (2018-2020), que foram cedidos pelo MTE ao SoU_Ciência e que estão sob a guarda da Unifesp. O SoU_Ciência em conjunto com o E_DADOS elaboraram protocolos e procedimentos para armazenamento, sigilo e proteção das informações da Rais.

acadêmicas; k) histórico de bolsas e auxílios; l) tipo de vaga ocupada (reservada ou não).

A variável “identificador único anonimizado” foi utilizada para vincular os dados dos egressos do curso de Pedagogia à sua trajetória na pós-graduação, para verificar o possível ingresso em algum Programa da própria Unifesp. Tão essencial quanto a manutenção do vínculo é o fato de o identificador único ser anonimizado, garantindo a proteção de informações pessoais conforme a legislação vigente e as normas de ética na pesquisa.

Após o cotejamento entre as bases, gerou-se uma terceira base, com os dados da graduação e da pós-graduação integrados, o que permitiu observar a trajetória acadêmica dos egressos que acessaram algum dos PPGs da Unifesp.

Microdados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais)

Para calcular as taxas de inserção no mercado formal de trabalho e a remuneração média dos egressos do curso de Pedagogia da Unifesp, solicitou-se ao Escritório de Dados Estratégicos Institucionais (E_DADOS) da Unifesp a integração da terceira base de dados acadêmicos com as informações laborais desse conjunto de egressos presentes nos microdados da Rais (2018-2020).

A Rais é um levantamento anual de informações que visa o controle da atividade trabalhista relativa ao mercado formal de trabalho no Brasil. Todas as pessoas jurídicas de direito privado e órgãos da administração direta e indireta das três esferas de governo, que empregam trabalhadores, devem obrigatoriamente declarar informações à Rais, independentemente da natureza do vínculo empregatício.

A remuneração média anual, variável aqui utilizada, é definida no dicionário de variáveis do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) como a média das remunerações mensais registradas na Rais para o ano base, incluindo todos os valores devidos mensalmente, pagos ou não, considerados como rendimentos do trabalho. Para cada vínculo empregatício, é calculada a

remuneração média anual, usando como denominador o número de meses trabalhados.

A taxa de inserção no mercado formal de trabalho foi aqui calculada utilizando a seguinte fórmula:

$$tx \text{ inser} = n. \text{ rais} / n. \text{ pedago} \quad (1)$$

Em que,

tx inser = taxa de inserção no mercado formal de trabalho.

n. rais = número de egressos identificados nos bancos da Rais.

n. pedago = número de formados no curso de Pedagogia da Unifesp.

As bases de dados da Rais (2018-2020) contêm informações sobre todos os vínculos empregatícios registrados nos respectivos anos, e cada linha do banco representa um vínculo contratado. As variáveis utilizadas foram: a) Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) 2002; b) tipo de vínculo empregatício; c) tipo de salário do vínculo; d) remuneração média do trabalhador (valor nominal); e) tipo de admissão; f) data de admissão; g) tempo de emprego; h) quantidade de horas contratuais por semana; i) indicador de vínculo ativo em 31/12; j) mês da demissão; k) natureza jurídica; l) contrato intermitente.

As bases Rais apresentam particularidades que exigem um tratamento cuidadoso, pois há problemas como duplicidades e vínculos múltiplos para um mesmo trabalhador. Essas características refletem a diversidade de situações vividas pelos profissionais. Em virtude disso, foram adotados os seguintes procedimentos nos três bancos aqui utilizados: a) padronização de formato em variáveis como datas e salários; b) eliminação de linhas duplicadas e valores ausentes ou inválidos; c) exclusão de vínculos irrelevantes, como trabalhos intermitentes devido à sua natureza atípica; d) correção de erros de lançamento — em casos de múltiplos vínculos em uma mesma razão social e com a mesma data de admissão, optou-se por

manter apenas um registro por egresso, priorizando dados consistentes; e) tratamento de recontrações — em casos de múltiplos vínculos em uma mesma razão social, mas diferentes datas de admissão, optou-se por selecionar o vínculo mais recente ou mais relevante; f) seleção de vínculos para casos de egressos com múltiplos vínculos — foi estabelecida como regra a prioridade para vínculos ativos em 31/12, mantendo-se os registros ainda vigentes ao final do ano de referência, e prioridade para remuneração mais alta.

Por fim, esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Unifesp, em 19 de abril de 2022, gerando o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE), que recebeu o número 55019221.0.0000.550, e o parecer de aprovação, cujo número é 5.357.622.

Análise dos resultados

Perfil sociodemográfico dos egressos

O perfil sociodemográfico dos egressos foi traçado por sexo, cor/raça e idade, conforme mostram as tabelas e respectivas análises presentes nos subitens a seguir.

Sexo, cor/raça e idade

A distribuição por sexo dos egressos do curso de Pedagogia da Unifesp (2010-2022) está representada na Tabela 1. A partir da leitura e análise dos dados, nota-se uma alta prevalência de alunas do sexo feminino (89,42%) e apenas 10,58% de alunos do sexo masculino, reiterando o perfil de gênero observado no exercício da docência para crianças.

Tabela 1 – Distribuição dos egressos da Pedagogia, por sexo (2010-2022)

SEXO	N	PERCENTUAL
Feminino	566	89,42%
Masculino	67	10,58%
Total	633	100%

Fonte: Siiu/Unifesp.

No Brasil, os cursos de Pedagogia têm uma predominância feminina entre os matriculados, uma tendência marcada e reproduzida ao longo dos anos. De acordo com o Censo da Educação Superior de 2022, realizado pelo Inep, 91,9% dos matriculados em cursos de Pedagogia eram mulheres, sendo o curso com maior predominância feminina naquele ano no país (Inep, 2024). Tal situação se explica, entre outros fatores, pela formação e profissionalização oferecidas: docência na Educação Infantil e nos primeiros anos do

Ensino Fundamental. Essas etapas da educação estão associadas a um maior cuidado e afetividade, papel historicamente vinculado às mulheres, mas também com pouca valorização profissional e baixos salários, fatores que contribuem para afastar muitas pessoas do curso, inclusive do sexo masculino, características encontradas e reiteradas nos estudos resumidos na seção de revisão da literatura deste artigo.

No que se refere à cor/raça, os dados dos 633 egressos estão compilados na Tabela 2.

Tabela 2 — Distribuição dos egressos da Pedagogia, por cor/raça (2010-2022)

COR/RAÇA	N	PERCENTUAL
Amarela	13	2,05%
Branca	273	43,13%
Indeterminada	194	30,64%
Indígena	1	0,16%
Parda	101	15,96%
Preta	51	8,06%
Total	633	100%

Fonte: Siiu/Unifesp.

A distribuição por cor/raça dos egressos do curso de Pedagogia da Unifesp (2010-2022) denota a prevalência da raça branca (43,13%), seguida da parda (15,96%) e da preta (8,06%), — totalizando, assim, 24,02% de pessoas negras —, uma minoria amarela (2,05%) e uma ínfima participação de indígenas (0,16%) — o que representa tão somente um aluno. Observa-se também um alto percentual de estudantes cuja cor/raça é indeterminada, mas, ainda assim, os dados revelam uma baixa representatividade de pretos, pardos e indígenas. Segundo os resultados do Censo Populacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), a população do estado de São Paulo é predominante branca (57,8%), seguida por pessoas pardas (33,0%), pretas (8,0%), amarelas (1,2%) e indígenas (0,1%). Essa

distribuição difere ligeiramente da população de egressos do curso de Pedagogia da Unifesp.

No entanto, os dados do Censo da Educação Superior analisados pelo Centro de Avaliação, Reabilitação e Desenvolvimento da Aprendizagem (CEDRA)⁵, mostram que a distribuição por cor/raça dos egressos de Pedagogia da Unifesp se diferencia muito do quadro nacional de estudantes concluintes, em que, a partir do ano de 2014, há mais estudantes negros concluintes em graduações presenciais de Pedagogia nas instituições públicas do que brancos. Como visto, a Unifesp tende a se aproximar mais da distribuição populacional de cor/raça presente no estado de São Paulo.

Quanto à idade de ingresso, os egressos tinham em média 24 anos, conforme ilustra o Gráfico 1.

Gráfico 1 — Média de idade dos ingressantes, por ano (2010-2022)



Fonte: Siiu/Unifesp.

Nota-se que, no decorrer de quase uma década (de 2010 a 2019), há uma sutil redução da idade, em meses, ano a ano: de 25,15 anos em 2010, para 20,67 anos em 2019 — com uma única discrepância a essa tendência em 2013, quando a idade média se elevou para 26 anos, tendo retomado o curso de queda nos anos seguintes — o que resultou em uma redução de quase cinco anos ao final do período observado.

O ingresso de pessoas mais jovens significa uma proximidade maior do término do Ensino Médio ao ingresso no curso de Pedagogia.

⁵ De acordo com o sítio eletrônico da associação, “O CEDRA é uma instituição independente e apartidária, criada por especialistas em ciências de dados e pensadores da questão racial. Eles se uniram para destacar, das estatísticas oficiais, dados que possibilitem o aprofundamento das análises sobre a desigualdade racial no Brasil” (CEDRA, c2022a).

A média de cerca de 24 anos de idade revela proximidade aos dados gerais sobre a idade dos estudantes matriculados em cursos presenciais de graduação no Brasil, que, segundo o Inep (2024), é de 26 anos.

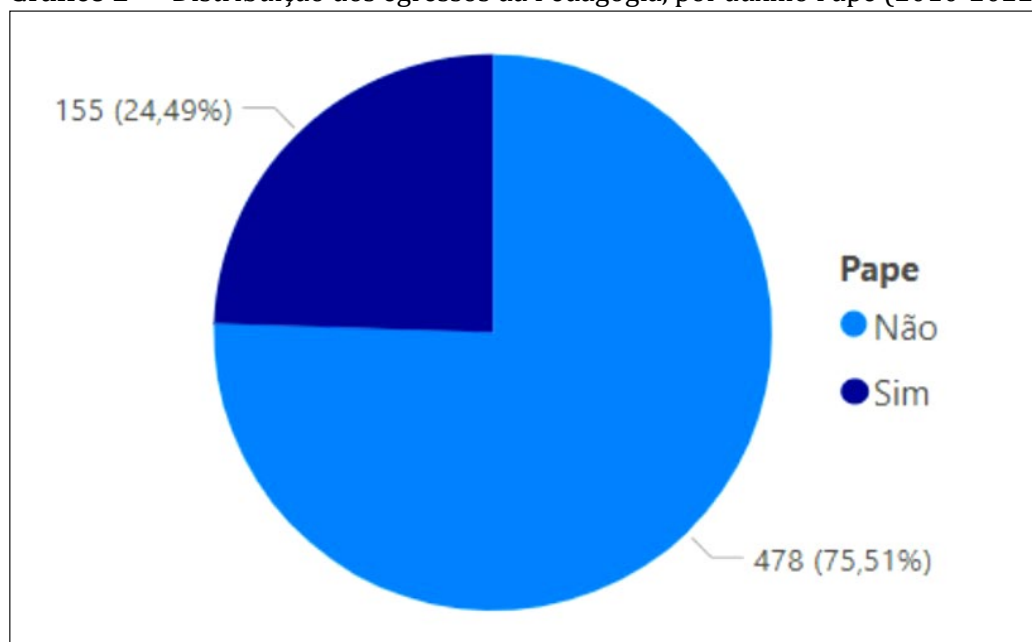
Importância das ações afirmativas

A mudança de perfil do público presente nas universidades foi promovida pela adoção de políticas afirmativas, como o Programa Universidade Para Todos (ProUni), instituído pela Lei n. 11.096/2005 e, ainda, da combinação com a expansão das universidades públicas no período, a partir da implementação do Reuni pelo Decreto n. 6.096/2007, do Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), instituído pelo Decreto n. 7.234/2010, e especialmente pela implementação da reserva de vagas na educação superior, estabelecida pela Lei n. 12.711/2012, a Lei de Cotas (Brasil, 2005, 2007, 2010, 2012a). Foi a partir da adoção desse tipo de políticas

de ações afirmativas que os indicadores de desigualdades de acesso à educação superior avançaram de maneira substancial.

Para proporcionar condições de continuidade de estudos a essa população que passou a ocupar os bancos da universidade, a Unifesp instituiu o Programa de Auxílio Para Estudantes (Pape), que compõe sua Política de Assistência Estudantil e tem como objetivo criar condições de acesso, permanência e aproveitamento pleno da formação acadêmica aos estudantes com renda familiar *per capita* de até 1,5 salário mínimo, e outras condições que caracterizam vulnerabilidades socioeconômicas (Cespedes *et al.*, 2021). Com recursos provenientes do Pnaes, o Pape alcançou praticamente um quarto dos egressos do curso de Pedagogia da Unifesp, revelando a sua importância para a permanência e a conclusão de inúmeros graduandos, como pode ser verificado no Gráfico 2.

Gráfico 2 — Distribuição dos egressos da Pedagogia, por auxílio Pape (2010-2022)



Fonte: Siiu/Unifesp.

De acordo com a V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes), realizada em 2018 pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Fonaprace) e pela

Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), aproximadamente 20% dos estudantes das Ifes recebem algum tipo de auxílio financeiro, percentual inferior ao dos egressos do curso de Pedagogia da Unifesp contemplados com o Pape.

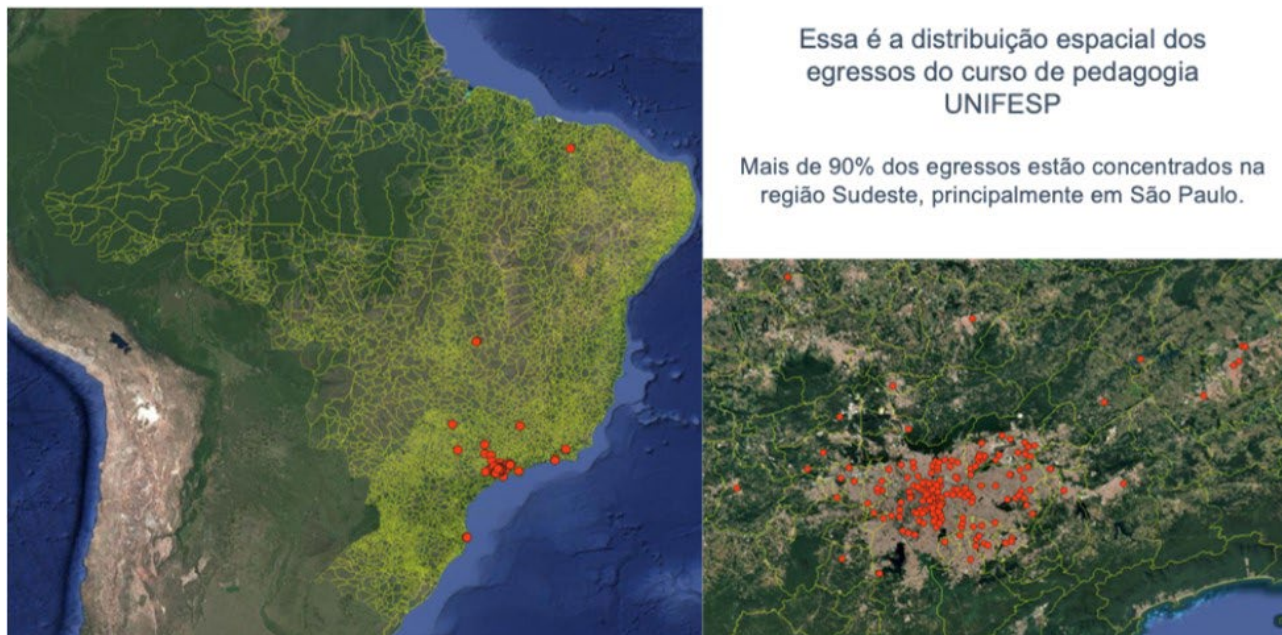
Há de se considerar que esse tipo de ação afirmativa tem tido um impacto grande na trajetória dos estudantes da Unifesp, uma vez que o percentual de estudantes desistentes que receberam algum tipo de auxílio Pape é menor, se comparado aos que não recebem, além de se formarem mais e se desempenharem academicamente melhor proporcionalmente

(Cespedes *et al.*, 2021).

Local de trabalho

Em relação ao local de trabalho dos egressos do curso de Pedagogia da Unifesp, a Figura 1 permite verificar no mapa a concentração geográfica na região Sudeste do país, especialmente no estado de São Paulo.

Figura 1 – Mapa de distribuição geográfica dos espaços laborais dos egressos de Pedagogia (2010-2022)



Fonte: Siiu/Unifesp e Rais.

Essa tendência denota a manutenção da proximidade do espaço laboral ao espaço de formação do pedagogo, que é o *campus* Guarulhos da Unifesp. Aqui há de se considerar uma tendência geral de manutenção dos sujeitos em proximidade a seus locais de estudo, tanto por questões de permanência junto ao núcleo familiar quanto pela constituição de carreiras profissionais já durante a graduação e/ou pós-graduação, que fazem com que a permanência seja a regra e a migração a exceção.

Vale destacar que o curso de Pedagogia oferece boas perspectivas de emprego na região da grande São Paulo, abrangendo desde posições nas inúmeras instituições de educação básica, profissional e superior — como as de auxiliar de classe, docência, coordenação pedagógica, direção escolar, equipe técnica e de gestão de escolas e universidades —, até oportunidades

em empresas e organizações não governamentais. O curso de Pedagogia da Unifesp conta também com acordos de cooperação com as secretarias de educação de Guarulhos e do estado de São Paulo para a realização de seu Programa de Residência Pedagógica ao longo da graduação, o que permite aos estudantes já conhecerem as escolas e as oportunidades de trabalho locais.

Inserção no mercado formal de trabalho

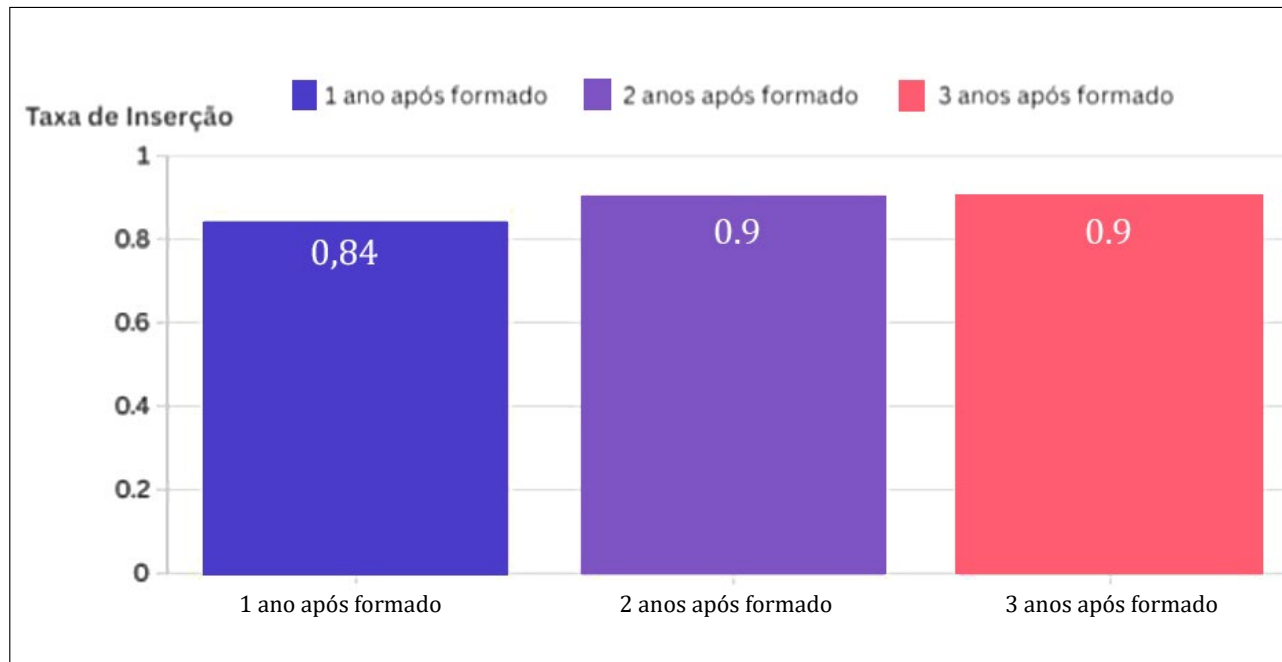
Taxa de inserção laboral

A taxa de inserção dos egressos no mercado de trabalho após um, dois e três anos de formados no curso de Pedagogia da Unifesp (2010-2022) é alta e está representada no Gráfico 3 (84% no primeiro ano e 90% nos anos seguintes) e

mostra o curto espaço de tempo entre a formação e o exercício da atividade profissional. Importante considerar ainda que, ao longo da graduação, parte dos estudantes mantém

aproximação com trabalhos vinculados à área em atividades variadas, o que pode resultar também em maiores oportunidades para atuação no campo.

Gráfico 3 — Taxa de inserção dos egressos de Pedagogia após 1, 2 e 3 anos de formados



Fonte: Siiu/Unifesp e Rais.

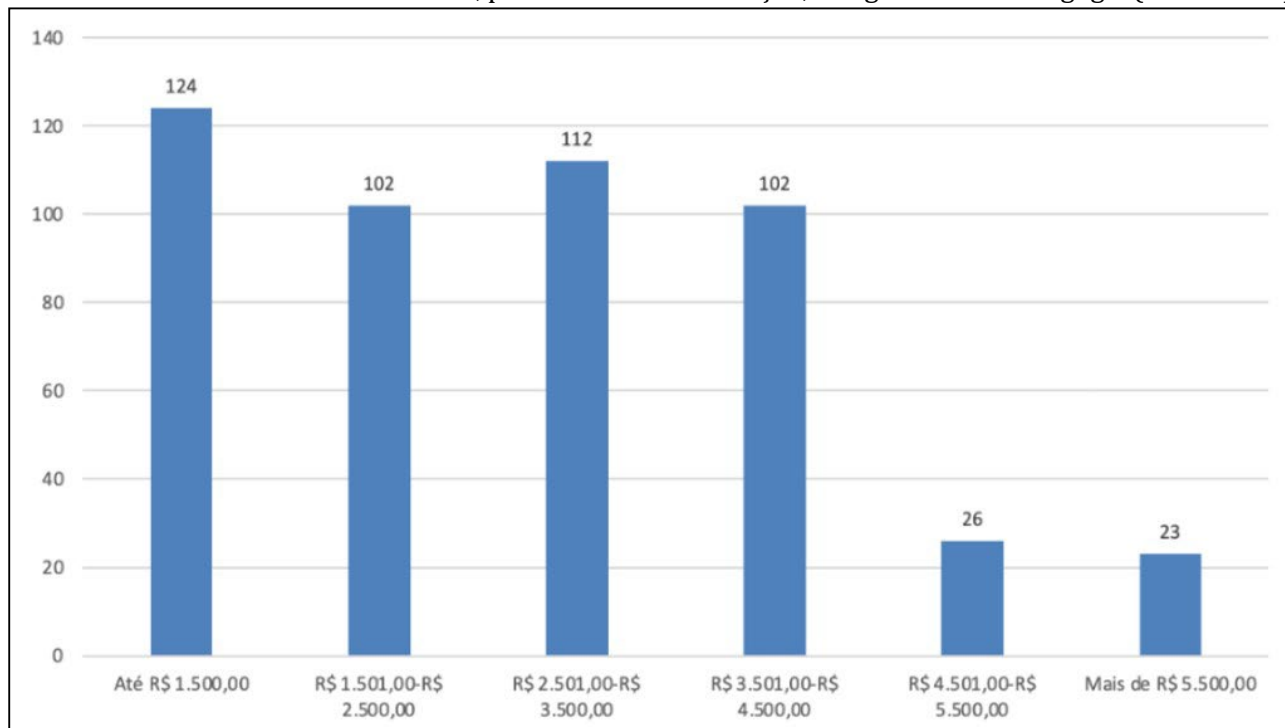
Considerando a elevada taxa de inserção no mercado de trabalho entre os egressos de Pedagogia da Unifesp, podemos inferir o impacto positivo das políticas de ações afirmativas, não apenas relativas à permanência, mas também ao preparo para a inserção no mercado de trabalho. A alta taxa de inserção dos pedagogos formados na Unifesp está relacionada a vários fatores, entre os quais destacam-se a boa formação obtida, a participação em atividades de extensão, em movimentos sociais e na pesquisa, ao longo da graduação, que estimulam o desenvolvimento de competências valorizadas atualmente em vários campos de trabalho, ainda que, segundo Minhoto *et al.* (2022), haja, entre os egressos de todos os cursos da Unifesp, desigualdades no que se refere à facilidade para se empregar, ao aumento da faixa de renda e à continuidade dos estudos, a

dependem do pertencimento étnico-racial e da experiência prévia de gerações ascendentes na educação superior.

Remuneração e áreas de atuação

A distribuição da média salarial contratual por egresso do curso de Pedagogia da Unifesp (2010-2022) está representada no Gráfico 4, sendo que a média geral do grupo atinge o valor de R\$ 2.638,91, com mediana muito próxima à média, no valor de R\$ 2.690,13. No início do ano 2020, o piso salarial profissional nacional dos professores da educação básica da rede pública em início de carreira passou de R\$ 2.557,74 para R\$ 2.886,24 (Brasil, 2022), e na Unifesp, conforme ilustrado no Gráfico 4, a maioria (90,1%) dos profissionais egressos do curso de Pedagogia ganhava de até R\$ 4.500,00.

Gráfico 4 — Média salarial contratual, por faixa de remuneração, de egressos da Pedagogia (2010-2022)

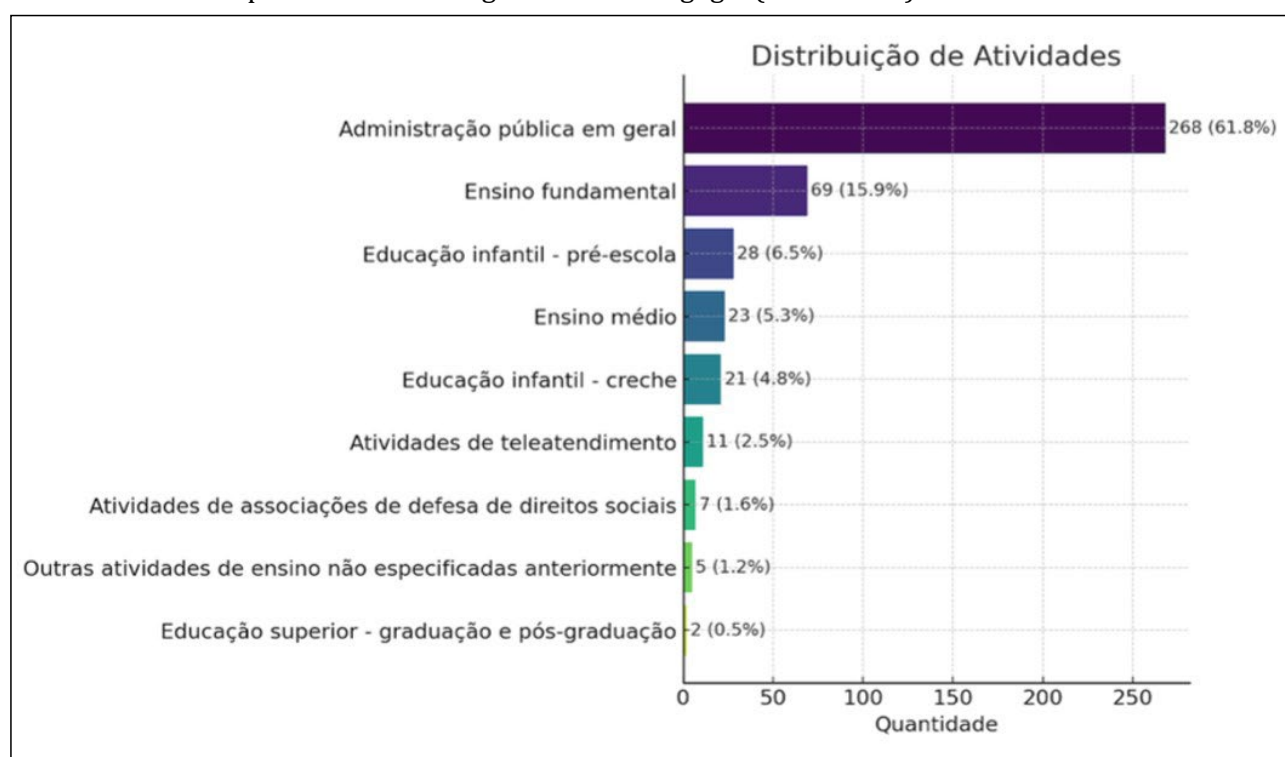


Fonte: Siiu/Unifesp e Rais.

Em relação aos vínculos trabalhistas, tendo por base as principais áreas de atuação constantes da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), o Gráfico 5 revela novamente que a maioria dos egressos atuava no

campo de trabalho da Educação em atividades educacionais de ensino na educação básica e superior; gestão pública e suporte a serviços de assistência social, enquanto apenas uma diminuta parcela atuava em outra área.

Gráfico 5 — Principais vínculos dos egressos da Pedagogia (2010-2022)



Fonte: Siiu/Unifesp.

É muito importante que egressos de um curso de graduação consigam se inserir na área de formação, pois, além de terem reconhecido o valor do investimento pessoal feito em termos de tempo, esforço e recursos financeiros, a formação superior objetiva preparar o profissional para atuar de forma consistente na área, o que beneficia a população atendida. Muitos estudantes escolhem a área por afinidade, e trabalhar no campo escolhido aumenta significativamente as chances de satisfação profissional, reduzindo frustrações e rotatividade.

Por outro lado, para a instituição superior, altas taxas de empregabilidade tendem a elevar a sua reputação, atraindo mais estudantes e novas cooperações, além de mostrar que o curso responde às necessidades do mercado laboral, promovendo desenvolvimento e justiça social.

Continuidade dos estudos: pós-graduação

Ingresso na pós-graduação

Alguns egressos do curso de Pedagogia da Unifesp continuaram seus estudos nos Programas de Pós-graduação do Departamento de Educação: o Programa de Educação (PPGE) e

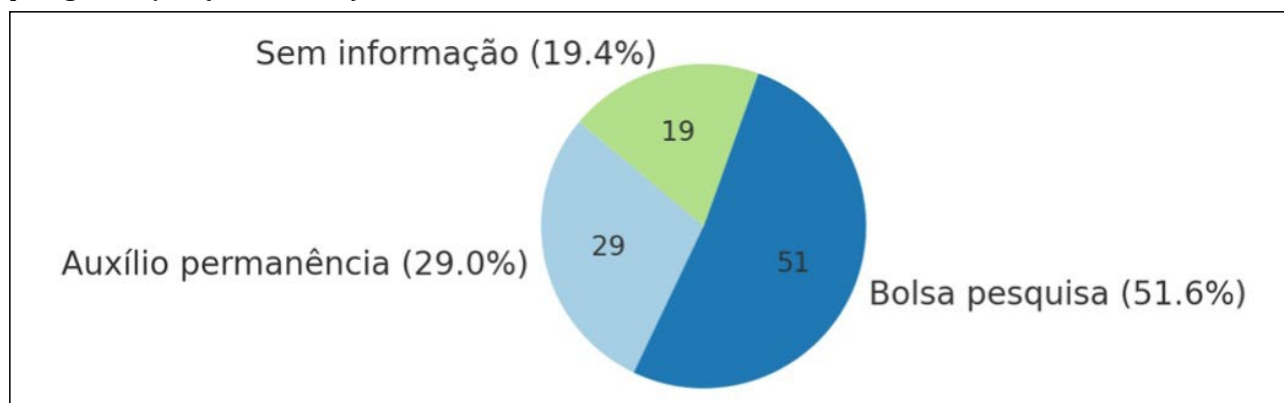
o Programa de Educação e Saúde na Infância e Adolescência (PPGESIA). No período estudado, 21 egressos prosseguiram com os estudos no mestrado (16 no PPGE e cinco no PPGESIA) e quatro prosseguiram para o doutorado (dois no PPGE e dois no PPGESIA).

Em relação ao sexo, há prevalência de estudantes do sexo feminino, com 12 alunas no mestrado e três no doutorado. Do sexo masculino, são dez estudantes no total (nove no mestrado e um no doutorado). Em relação à raça, a maioria é branca (16 no mestrado e dois no doutorado), seguida por pardos (quatro no mestrado e um no doutorado) e pretos (um no mestrado, o qual seguiu também para o doutorado). Vale ressaltar que quatro estudantes que seguiram para a pós-graduação ocuparam vagas reservadas no curso de Pedagogia, ou seja, ingressaram na graduação pelo sistema de cotas.

Bolsas e auxílios

No que se refere a bolsas ou auxílios recebidos durante a graduação pelos egressos que ingressaram na pós-graduação, nota-se o alto percentual de apoio a esses estudantes, como mostra o Gráfico 6.

Gráfico 6 — Tipo de bolsa ou auxílio recebido durante a graduação pelos egressos que ingressaram na pós-graduação (2018-2024)



Fonte: Siiu/Unifesp.

Para compreensão dos dados compilados no Gráfico 6, é preciso esclarecer que um estudante da Unifesp pode receber mais de um tipo de bolsa e/ou auxílio permanência na

graduação. Por esse motivo, a somatória apresentada é superior ao total de egressos que ingressaram na pós-graduação. De qualquer forma, do conjunto de estudantes que conti-

nuou estudando na pós-graduação, apenas seis não apresentaram registro de apoio de bolsa de pesquisa ou auxílio permanência quando estavam cursando a graduação em Pedagogia. Esse dado é relevante, pois mostra a influência e a importância desses benefícios para a continuidade da trajetória acadêmica, para a formação de pesquisadores e para a promoção de equidade no acesso às etapas mais elevadas da educação superior.

Bolsas como as de Iniciação Científica, Iniciação Tecnológica, Extensão, Monitoria, entre outras, permitem aos estudantes terem contato com métodos científicos, publicações de artigos e participação em projetos e ações que os preparam para o ingresso na pós-graduação. A pesquisa e as ações de extensão na graduação ajudam a desenvolver a capacidade crítica e analítica, a escrita acadêmica, a familiaridade com métodos científicos e proporcionam experiências essenciais para o bom desenvolvimento de estudos pós-graduados.

Os programas de auxílio-permanência têm permitido que estudantes em condições mais vulneráveis continuem estudando sem precisar abandonar o curso para trabalhar. Com suporte financeiro, podem dedicar mais tempo à formação, participando de atividades extracurriculares, muito valorizadas na seleção para pós-graduação, o que ajuda a reduzir as barreiras e a democratizar o acesso a essa etapa.

As bolsas de pesquisa e os auxílios permanência na graduação mostram-se estratégicos para a formação de novos pesquisadores, para reduzir desigualdades e para garantir que alunos talentosos não abandonem a carreira acadêmica por falta de recursos. Tais apoios funcionam como uma ponte entre a graduação e a pós-graduação, aumentando as chances de êxito nessa transição. O exemplo da Unifesp indica que políticas públicas e institucionais que ampliem o acesso de graduandos a esses benefícios são fundamentais para fortalecer a pesquisa nacional e a qualificação de profissionais no país.

Apesar dos resultados promissores dos egressos do curso de Pedagogia da Unifesp, observa-se que o número absoluto de ingressantes na pós-graduação *stricto sensu* da instituição ainda é baixo. Isso reforça a necessidade de políticas que ampliem as possibilidades de continuidade dos estudos na própria instituição, especialmente para estudantes em situação de maior vulnerabilidade. Estudos futuros podem explorar as razões pelas quais a maioria não prossegue na pós-graduação da Unifesp, aprofundando-se em questões como o elevado nível de dedicação ao mestrado/doutorado, escassez de bolsas, barreiras simbólicas e institucionais ao acesso, necessidade de ingressar no mercado de trabalho, entre outras.

Considerações finais

Este estudo permitiu compreender, a partir de uma abordagem quantitativa e qualitativa, a trajetória dos egressos do curso de Pedagogia da Unifesp do período de 2010 a 2022, revelando aspectos fundamentais sobre o perfil sociodemográfico, a inserção no mercado de trabalho, a continuidade dos estudos e o impacto das políticas de ações afirmativas e de assistência estudantil.

Os dados mostram que a formação no curso de Pedagogia oferecido pela Unifesp tem sido determinante para a rápida inserção dos egressos no mercado formal de trabalho, especialmente no campo da Educação Básica, com remuneração condizente com o piso nacional da carreira docente. A expressiva taxa de empregabilidade em áreas relacionadas à formação evidencia a pertinência e efetividade do curso, assim como o compromisso institucional com a formação de profissionais qualificados.

A predominância de mulheres e a diversidade racial, embora ainda com desigualdades importantes, apontam para avanços na democratização do acesso à educação superior. As ações afirmativas e os programas de permanência, como o Pape, mostraram-se essenciais para garantir que estudantes em situação de

vulnerabilidade não apenas ingressassem, mas concluíssem a graduação e, em muitos casos, seguissem para a pós-graduação.

A continuidade dos estudos de parte dos egressos em programas de mestrado e doutorado da própria Unifesp reforça o papel da universidade como formadora de profissionais e pesquisadores comprometidos com a educação pública de qualidade. Os dados também indicam que bolsas de iniciação científica e auxílios permanência são fatores decisivos para o engajamento acadêmico e a formação de futuros pesquisadores.

Em relação às pesquisas revisitadas na seção de revisão da literatura deste texto, há convergência no que se refere à inserção profissional, sendo a formação um fator essencial da empregabilidade. Esta pesquisa sobre a Unifesp, assim como os estudos anteriores, aponta alta taxa de empregabilidade, com inserção rápida no mercado de trabalho, sobretudo na Educação Básica. No entanto, diferencia-se ao atribuir essa inserção à qualidade formativa do curso e ao compromisso institucional, reforçando que a universidade pública pode ser determinante para trajetórias profissionais estáveis.

Em relação à remuneração, os dados da Unifesp mostram uma convergência com o piso nacional, o que é um resultado aparentemente melhor em comparação aos outros estudos, como os de Andrade (2020) e Zulcowski (2022), em que os salários são considerados baixos ou insatisfatórios, mesmo em contratos formais. Esse achado merece aprofundamento em pesquisas posteriores, levando em conta, por exemplo, o vínculo com instituições públicas — mais comum entre os egressos da Unifesp — e a atuação em estados com histórico de lutas intensas por políticas de valorização docente.

Sobre a formação em nível de pós-graduação, há convergência entre as pesquisas, pois trata-se de um tema presente e com forte interesse por parte dos egressos. A Unifesp mostra um dado importante e promissor, visto que vários egressos já ingressaram em mestrado

e doutorado na própria instituição, o que em outros estudos é mais limitado e permeado por obstáculos, como mostram Corrêa (2022) e Pimenta, Mocarzel e Menegat (2021).

A presente pesquisa destaca a diversidade de gênero e raça, os efeitos das ações afirmativas e os programas de permanência como elementos fundamentais para o sucesso acadêmico e profissional dos estudantes, ao mesmo tempo que critica a mercantilização dos cursos de Pedagogia, ecoando as observações de Braga *et al.* (2022) sobre as dificuldades enfrentadas por egressos da EAD. Ao evidenciar a articulação entre formação inicial de qualidade, políticas institucionais de permanência e inserção profissional qualificada, o estudo oferece uma contribuição singular ao campo de pesquisas sobre egressos, contrastando com os dados de instituições privadas e da modalidade a distância, que apresentam maiores taxas de evasão e menor inserção laboral qualificada. Essa comparação reafirma o papel estratégico da universidade pública na promoção da justiça social por meio da formação docente.

Diante dos resultados apresentados, destacamos a necessidade de fortalecer e ampliar as políticas voltadas ao ingresso e à permanência qualificada na educação superior, com ênfase na formação docente. A articulação entre ações afirmativas, auxílios estudantis e práticas pedagógicas comprometidas com a equidade mostra-se estratégica para garantir a continuidade da vida acadêmica e o sucesso profissional dos egressos. Acreditamos que os dados da Unifesp podem subsidiar o aperfeiçoamento de políticas institucionais e nacionais, sobretudo no que tange à valorização da carreira docente e à consolidação da universidade pública como espaço de justiça social.

Concluimos que a democratização da educação superior, em geral, e da educação pública na formação de professores, em particular, apresenta um papel sistêmico relevante que impacta a qualidade da educação básica e superior, uma vez que as próximas gerações de professores estão já em nossas salas de aula

desde a educação infantil até a pós-graduação. O acompanhamento sistemático de nossas políticas universitárias e seus efeitos sobre os estudantes, no que concerne à democratização, demandam esse esforço crítico, inclusive para influir em políticas locais engajadas.

Em um cenário nacional de “deformação em larga escala”, mercantilização e expansão desordenada de cursos de Pedagogia, os resultados obtidos por este estudo reafirmam a importância da universidade pública, gratuita e de qualidade, capaz de oferecer formação sólida e crítica. A trajetória dos egressos do curso de Pedagogia da Unifesp mostra que políticas públicas de acesso, permanência e valorização da formação docente são caminhos promissores para enfrentar as desigualdades educacionais e fortalecer a educação básica e superior no Brasil, ainda que a carreira do magistério mereça ser pensada e estruturada estrategicamente num âmbito ainda mais amplo, para além da formação (inicial e continuada).

Por fim, é preciso enfatizar os efeitos das atuais políticas de regulação nacional sobre a formação de professores, que tendem a comprometer seriamente a autonomia universitária e a densidade formativa dos cursos de Pedagogia e das Licenciaturas. A vinculação compulsória entre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), de 2017 da educação básica e a Base Nacional Comum para a Formação de Professores (BNC-Professores), de 2024, introduz um modelo prescritivo que favorece a homogeneização dos currículos e a redução da formação docente a competências operacionais e tecnicistas. Tal arranjo normativo fragiliza o compromisso com uma formação crítica, plural e comprometida com a transformação social, assim como ameaça rebaixar os cursos superiores ao *status* de formação de nível médio, esvaziando seu potencial acadêmico, político e pedagógico. Trata-se, portanto, de um processo de conformação que coloca em risco o próprio sentido da docência como prática intelectual e emancipatória, o que interditará, em grande medida, os resultados promissores observados

nas trajetórias dos egressos de Pedagogia da Unifesp, cuja formação tem se pautado por uma perspectiva crítica e socialmente referenciada.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, A. G. M. *Inserção profissional e mobilidade social dos egressos dos cursos de Pedagogia no Brasil*. Orientador: Sidinei Rocha de Oliveira. 2020. 175 f. Dissertação (Mestrado em Administração) — Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, 2020.

BRAGA, D. S.; INÁCIO, M. H. SALOMÉ, N. C. S.; BRESCIA, A. T. Trajetórias de egressos de Pedagogia presencial, semipresencial e EaD: empregabilidade e atuação. *Revista Pedagógica*, [S. l.], v. 24, p. 125, 2022. DOI: <https://doi.org/10.22196/rp.v22i0.6697>. Disponível em: <https://pegasus.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/6697>. Acesso em: 2 abr. 2025.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 2 abr. 2025.

BRASIL. Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 10 jan. 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm. Acesso em: 2 abr. 2025.

BRASIL. Lei n. 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos — PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 14 jan. 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11096.htm. Acesso em: 10 abr. 2025.

BRASIL. Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais — REUNI. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 25 abr. 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 10 abr. 2025.

BRASIL. Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 30 dez. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm. Acesso em: 10 abr. 2025.

BRASIL. Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil — Pnaes. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 20 jul. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 10 abr. 2025.

BRASIL. Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 30 ago. 2012a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 10 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. União Nacional dos Estudantes (UNE); Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG); Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). *Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012*. Relatório da Comissão Constituída pela Portaria nº 126/2012. Brasília, DF: MEC/UNE/ANPG/ANDIFES, 2012b. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/sesu/pdf/destaques/analise_expansao_universidade_federais_2003_2012.pdf. Acesso em: 10 abr. 2025.

BRASIL. Lei n. 13.174, de 21 de outubro de 2015. Insere inciso VIII no art. 43 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir, entre as finalidades da educação superior, seu envolvimento com a educação básica. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 22 out. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113174.htm. Acesso em: 10 abr. 2025.

BRASIL. Serviços e Informações do Brasil. Governo anuncia reajuste de 12,84% no piso salarial dos professores. Brasília, DF, atualizado em 31 out. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/educacao-e-pesquisa/2020/01/governo-anuncia-reajuste-de-12-84-no-piso-salarial-dos>

[professores](#). Acesso em: 10 abr. 2025.

CENTRO DE AVALIAÇÃO, REABILITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM (CEDRA). *A equipe por trás do CEDRA*. [S. l.], c2022a. Disponível em: <https://cedra.org.br/sobre/>. Acesso em: 10 abr. 2025.

CENTRO DE AVALIAÇÃO, REABILITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM (CEDRA). *Galeria de Destaques*. Passou a haver mais estudantes negros concluintes em graduações presenciais em pedagogia [...]. [S. l.], c2022b. Disponível em: <https://cedra.org.br/destaques/passou-a-haver-mais-estudantes-negros-concluintes-em-graduacoes-presenciais-em-pedagogia-nas-instituicoes-publicas-do-que-brancos-a-partir-de-2014-nas-instituicoes-privadas-isso-ocorreu-em-201/?galeria=1>. Acesso em: 12 abr. 2025.

CESPEDES, J. G.; MINHOTO, M. A. P.; OLIVEIRA, S.; ROSA, A. Avaliação de impacto do Programa de Permanência Estudantil da Universidade Federal de São Paulo. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 113, p. 1067-1091, out./dez. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-403620210002902418>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/Jbgmjrb7dTJKdFKGHvVPWNC/?lang=pt>. Acesso em: 10 abr. 2025.

CORRÊA, C. P. Q. Egressos de um curso de Pedagogia: trajetórias formativas e profissionais. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 114, p. 161-181, jan./mar. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362021002902335>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/4ZGD7MQpYWjwRWjjCDxRTJ/?lang=pt>. Acesso em: 10 abr. 2025.

GIGLIO, C. M. B.; LUGLI R. S. G.. Diálogos pertinentes na formação inicial e continuada de professores e gestores escolares: a concepção do Programa de Residência Pedagógica na Unifesp. *Cadernos de Educação*, Pelotas, v. 46, p. 62-82, 2013. DOI: <https://doi.org/10.15210/caduc.v0i46.4173>. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/caduc/article/view/4173>. Acesso em: 10 abr. 2025.

GONÇALVES, A. P.; NUNES, C. M. F.; LUCINDO, N. I.; ARAÚJO, R. M. B. A inserção no mercado de trabalho egressos do curso de pedagogia da UFOP: uma análise preliminar. In: ENCONTRO BRASILEIRO DA REDESTRADO (Rede Latino-Americana de Estudos sobre o Trabalho Docente), 9., 2017, Campinas. *Anais* [...]. Campinas: Unicamp, 2017. Disponível em: <http://anaisbr2017.redeestrado>.

[org/files/abstracts/000/000/326/original/TEXTO_Egressos_do_Curso_de_Pedagogia_da_UFOP_FINAL.pdf](https://files/abstracts/000/000/326/original/TEXTO_Egressos_do_Curso_de_Pedagogia_da_UFOP_FINAL.pdf). Acesso em: 10 abr. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico 2022*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/busca.html?searchword=estado+de+sao+paulo>. Acesso em: 10 abr. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). *Censo da Educação Superior*. Brasília, DF, Inep, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 12 abr. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). *Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2022*. Brasília, DF: INEP; MEC, 2024. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2022.pdf?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 10 abr. 2025.

MINHOTO, M. A. P.; BIELSCHOWSKY, C. E.; AGUIAR, T. B. de. Expansão e mercantilização dos cursos de Pedagogia: deformação em larga escala de futuros pedagogos. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 40, e42261, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-469842261>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/gLxCwQrBjpVf4XGTPhSRMGq/?lang=pt>. Acesso em: 10 abr. 2025.

MINHOTO, M. A. P.; SILVESTRE, M. A.; SOUZA, D. L.; REIS, R. C. Experiências na graduação da Unifesp: avaliação de egressos. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, [S. l.], v. 30, n. 65, 2022. DOI: <https://doi.org/10.14507/epaa.30.6058>. Disponível em: <https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/>

[view/6058](https://doi.org/10.14507/epaa.30.6058). Acesso em: 10 abr. 2025.

MORAES, V. *Inserção no mundo do trabalho de egressos da Pedagogia da Unifesp (2011-2021)*. Orientadora: Profa. Dra. Claudia Barcelos de Moura Abreu. 2022. 29 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) — Escola de Filosofia, Letras e Humanas, Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Guarulhos, SP, 2022.

PIMENTA, M. F.; MOCARZEL, M.; MENEGAT, J. Formação e inserção profissional de egressos de Pedagogia: estudo de caso em uma IES confessional fluminense. *Formação em Movimento*, [S. l.], v. 3, i. 1, n. 5, p. 358-383, jan./jun. 2021. DOI: <https://doi.org/10.38117/2675-181X.formov2020.v3i1n5.358-383>. Disponível em: <https://svr-net20.unilasalle.edu.br/bitstream/11690/3662/1/jmenegat.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2025.

RENZ, C. L. S.; MOLON, J.; FRANCO, S. R. K. Formação de professores: a contribuição dos institutos federais. *Interfaces da Educação*, [S. l.], v. 13, n. 39, p. 324-341, 2023. DOI: <https://doi.org/10.26514/inter.v13i39.5726>. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/5726>. Acesso em: 10 abr. 2025.

ZULCOWSKI, T. V. *A inserção profissional das egressas do curso de Pedagogia frente às demandas do mundo do trabalho*. Orientadora: Ângela Maria Silveira Portelinha. 2022. 120 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unoeste), Francisco Beltrão, PR, 2022.

Recebido em: 14/00/2025
Aprovado em: 05/08/2025



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.